



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA

CEP - 38.805-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Dr. Adolfo Portela n.º 202

Santa Rosa da Serra - MG

CERTIFICADO DE AUTENTICIDADE DO ATTO DE LEI
ORIGEM DA PREFEITURA DE SANTA ROSA DA SERRA
A LEI 857/2011 E SEU ANEXO QUE O PRESENTE
DOCUMENTO FOI ELABORADO NO DIA 08 DE ABRIL DA
PREFEITURA NO PERÍODO DE

LEI Nº: 857/2011

24/08/2011 A 25/08/2011
SANTA ROSA DA SERRA 24 DE 08 DE 2011

MARIA APARECIDA SILVA
MATRÍCULA 137

“ESTABELECE OBRIGATORIEDADE ÀS AGENCIAS BANCARIAS E DEMAIS ESTABELECIMENTOS DE CREDITO, NO AMBITO DO MUNICIPIO, A COLOCAR À DISPOSIÇÃO DOS USUARIOS, PESSOAL SUFICIENTE NO SETOR DE CAIXAS, PARA QUE O ATENDIMENTO SEJA SUFICIENTE NO SETOR DE CAIXAS, PARA QUE O ATENDIMENTO SEJA EFETUADO EM TEMPO RAZOAVEL”.

A Câmara Municipal de Santa Rosa da Serra aprovou, e eu, Prefeita Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam as agencias bancárias e demais estabelecimentos de credito do Município de Santa Rosa da Serra obrigados a colocar a disposição dos usuários, pessoal suficiente no setor de caixas, para que o atendimento seja feito em prazo hábil respeitando-se a dignidade e o tempo do usuário.

Art. 2º - Para fins do disposto desta lei, entende-se como tempo hábil para o atendimento o prazo de ate:

I - 15 (quinze) minutos em dias normais:

II - 20 (vinte) minutos as vésperas e após os feriados prolongados e ainda nos dias de pagamento dos servidores públicos municipais e dos aposentados e pensionistas do INSS.

Art. 3º - As agencias bancarias e demais estabelecimentos de credito tem o prazo de 60 (sessenta) dias para se adaptarem ao disposto nesta lei, sob pena de se sujeitarem as penalidades.

Art. 4º - Para efeito de controle do tempo de atendimento, os estabelecimentos bancários fornecerão bilhetes ou senhas, onde constarão, impressos, os horários de recebimento da senha e atendimento junto aos caixas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA
CEP – 38.805-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Dr. Adolfo Portela n.º 202
Santa Rosa da Serra - MG

- I - Advertência;
- II - Multa de 10 unidades fiscais do Município até a 5º reincidência;
- III - Suspensão do alvará de funcionamento após a 5º reincidência.

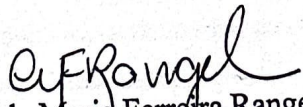
Art. 6º - As denúncias dos usuários, devidamente comprovadas, serão protocolizadas no serviço de fiscalização competente do Município, órgão responsável para fiscalizar e notificar o estabelecimento quanto ao cumprimento do disposto na presente lei

Art. 7º - O Executivo Municipal regulamentará o processo administrativo referente a aplicação das penalidades previstas nesta lei, o direito de defesa do estabelecimento, o julgamento e a cobrança dos valores a título de multa.

8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Santa Rosa da Serra, 24 de agosto de 2011


Cleide Maria Ferreira Rangel
Prefeita Municipal